



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Reunião do Comitê Orçamentário do Poder Judiciário do Estado de Goiás e de Priorização ao 1º Grau de Jurisdição no âmbito do Poder Judiciário Goiano

ATA DE REUNIÃO

Data: 28/09/2023

Horário: 09h

Local: Videoconferência (Aplicativo ZOOM)

Participantes:

Dr. Eduardo Alvares de Oliveira - Coordenador

Dra. Geovana Mendes Baia Moisés

Dr. Pedro Henrique Brendolan

Dr. Lídia de Assis e Souza - Juíza Auxiliar da Presidência

Dr. Marina Cardoso Buchidid - Juíza Auxiliar da Presidência

Ariane Lopes de Aguiar

Bruno Faustino de Jesus

Jannaina Patrícia Pereira

Leir Gomes da Silva

Onésimo Carneiro de Magalhães Júnior

Marcelo de Jesus Rosa Pereira

Mislene Medrado de Oliveira Borges

Irismar Dantas de Souza

Waldivino Liberato Vieira Neto

Desenvolvimento da reunião:

Às nove horas do dia vinte e oito de setembro de 2023, foi realizada reunião, mediante videoconferência (aplicativo ZOOM), previamente agendada.

Iniciada a reunião o coordenador agradeceu a presença de todos os convidados. Após explanou sobre as questões apuradas na reunião do 2º



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Reunião do Comitê Orçamentário do Poder Judiciário do Estado de Goiás e de Priorização ao 1º Grau de Jurisdição no âmbito do Poder Judiciário Goiano

encontro regional da qual participaram todos os juízes diretores dos foros das comarcas da capital e interior.

Com a palavra a Juíza Auxiliar da Presidência, Dra. Lídia de Assis e Souza iniciou sua fala pontuando que está em estudo um novo concurso unificado para os servidores, do qual abrangerá o cargo de oficial de justiça. Após, esclareceu que foi criado um grupo de estudo da Presidência em conjunto com a Corregedoria-Geral da Justiça para analisar sobre a atuação do depositário na função de oficial de justiça, cumprimento de mandados excedentes e situações correlatas.

Franquiada a possibilidade de manifestação dos participantes do Comitê, a servidora Jannaina Patrícia fez uma explanação sobre a situação dos oficiais de justiça, inclusive relatando sobre as nomeações *ad hoc* e as situações específicas dos Depositários Judiciais para suprir a falta de oficiais de justiça.

Com a palavra o servidor Bruno Faustino falou sobre a possibilidade de manter servidores efetivos nos postos avançados, criação de gratificação para local de difícil provimento e que seja realizado estudo para estipular uma quantidade mínima de servidores por serventia.

Com a palavra o servidor Marcelo indagou sobre a criação de gratificações para o cumprimento de meta e também em relação ao prêmio do CNJ e/ou TJGO. Perguntou também sobre a possibilidade de estudo para criação do pagamento de serviço extraordinário através de uma Central para operar nas comarcas que necessitarem.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Reunião do Comitê Orçamentário do Poder Judiciário do Estado de Goiás e de Priorização ao 1º Grau de Jurisdição no âmbito do Poder Judiciário Goiano

A dra. Geovana pontuou a situação dos depositários avaliadores, porquanto há uma diferenciação de cargos entre Depositário Judicial e Depositário Judicial Avaliador. Nesse sentido, sugere que os de Depositários Judiciais Avaliadores tenham preferência para serem nomeados como oficial de justiça *ad hoc*, sobretudo pela alteração trazida pela norma jurídica que transfere o ofício de realizar avaliações para o Oficial de Justiça.

A dra. Lídia finalizou sua participação informando que sobre a situação dos postos avançados tramita neste tribunal o PROAD nº. 202309000438901 que regulariza as cessões de servidores municipais ao TJGO, inclusive sobre a situação específica dos postos avançados. Paralelamente a essa regularização, a presidência promoveu uma distribuição de 150 (cento e cinquenta) postos de trabalho terceirizados para unidades judiciárias afetadas.

Já em relação a equalização do trabalho, esclarece que com a nomeação de 400 (quatrocentos) novos servidores efetivos a situação será amenizada. Sobre a criação de gratificação para comarca de difícil provimento o tribunal já estuda essa possibilidade através do PROAD nº. 202302000389450.

A dra. Lídia se comprometeu a levar ao grupo de estudo a situação peculiar envolvendo os Depositários Judiciais Avaliadores.

Após a explanação da Juíza Auxiliar da Presidência, o Coordenador agradeceu as informações prestadas e fez votos de sucesso na missão de juíza auxiliar da presidência. Por conseguinte abriu-se a possibilidade para deliberação por parte dos membros do Comitê.

A dra. Marina solicitou a palavra para informar que o tema relacionado a



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Reunião do Comitê Orçamentário do Poder Judiciário do Estado de Goiás e de Priorização ao 1º Grau de Jurisdição no âmbito do Poder Judiciário Goiano

criação da gratificação, para o prêmio do TJGO de produtividade, pertence a pasta do dr. Reinaldo e que o tema está em estudo através dos autos do PROAD de nº. 202306000417895. Pontuou ainda, que está em discussão no Tribunal, através dos autos do PROAD nº. 202303000391984, a regulamentação do pagamento de horas extraordinárias, pelo trabalho exercido, fora do horário normal de expediente.

O Coordenador do comitê se comprometeu a falar com o dr. Reinaldo Dutra para obter informações sobre o estudo para criação da gratificação de metas do TJGO. Pontuou ainda que não vê necessidade de ação do comitê em relação a criação das gratificações de comarca de difícil provimento e também gratificação de metas, por já existirem PROADs tratando sobre os tema.

Com a palavra o servidor Marcelo sugeriu a participação de algum membro do comitê em todos os PROADs que tratem de temas relacionados à priorização do primeiro grau.

A Dra. Marina esclareu a todos do comitê o funcionamento das fases sobre os estudos para implementação de qualquer benefício dentro do Tribunal.

Depois de ouvir as sugestões o Dr. Eduardo Oliveira pontuou sobre a importância da participação do comitê nos projetos da Presidência que estejam em fase de discussão (depois da fase de pesquisa jurídica e de mínima possibilidade de implementação), para que o comitê possa contribuir de forma mais proativa. Deliberou ainda, sobre verificar os PROADs que são importantes para o comitê, com o fim de participação ativa para



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Reunião do Comitê Orçamentário do Poder Judiciário do Estado de Goiás e de Priorização ao 1º Grau de Jurisdição no âmbito do Poder Judiciário Goiano

sugestões/colaborações.

Com a palavra a dra. Geovana sugeriu oficializar a Presidência, para solicitar a participação de algum membro do comitê nos PROADs relacionados com temas de atuação.

Deliberando sobre a proposta da dra. Geovana ficou consignado que a solicitação ao Presidente do TJGO será realizada informalmente, pelo Coordenador deste comitê em reunião com o Presidente. Também foi aprovada a sugestão de primeiro conhecer o conteúdo dos PROADs tratados nesta reunião para posteriormente serem discutidos neste comitê.

Por fim, o Dr. Eduardo Alvares de Oliveira – Coordenador do Comitê Orçamentário do Poder Judiciário do Estado de Goiás e de Priorização ao 1º Grau de Jurisdição no âmbito do Poder Judiciário Goiano -, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

Nada mais havendo a tratar, eu, Waldivino Liberato Vieira Neto, lavrei a presente ata, que lida e achada conforme segue assinada.